

A Cidade e a Cultura *

António Jorge Monteiro
Porto, Abril 2005

*“Au bout du chagrin une fenêtre ouverte
Une fenêtre éclairée”*

Paul Éluard

Numa época em que o conceito de “governança” (do inglês *governance*) está tão em voga, e tendo em conta a definição do filósofo António Gramsci: “governância é a sociedade civil, menos o mercado, mais a sociedade política local” deve caber, também, aos cidadãos a responsabilidade participarem na definição da importância Cultural que pretendem que a sua cidade venha a ter no imaginário colectivo.

O conhecido conceito de *clusters* desenvolvido por *Michael Porter*, não se aplica exclusivamente aos sectores de actividade estritamente económica, aplica-se igualmente às comunidades locais contemporâneas dentro da lógica do conhecido neologismo “glocal” (global+local) que nos estimula a pensar globalmente e a actuar localmente, compatibilizando a localização com a globalização, não só no domínio da economia como no da cultura.

Temos acompanhado a discussão sobre a aglomeração urbana, instalada entre as duas escolas de pensamento relativa à valorização, por um lado, das redes entre grandes cidades onde as condições económicas e sociais apresentam uma grande saturação e, por outro, das redes entre as médias e pequenas cidades, onde as condições económicas, sociais e culturais apresentam fortes possibilidades de atracção.

Num trabalho da OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, de meados dos anos 90, podia já ler-se que “a mundialização está a permitir às pequenas e médias metrópoles posicionarem-se competitivamente na geoeconomia” onde, em nosso entender, o factor cultural é fundamental para esta competitividade.

Estas considerações de carácter macro urbanístico são, uma boa base de reflexão para a necessária organização, em rede, das áreas metropolitanas. Os tradicionais centros urbanos, com a sua lamentável desertificação, tem que, urgentemente, operar uma inversão sustentada deste modelo urbano ultrapassado, criando condições para a reactivação da qualidade de vida dos centros históricos e para a criação de novas centralidades, onde a vertente cultural deverá ser, também, um factor determinante.

O ideia de Desenvolvimento Local assenta sobretudo numa lógica participativa e de iniciativa da comunidade local, sem se substituir à responsabilidades dos governos centrais, dentro do espírito das linhas de política da OCDE e em particular da UE - União Europeia consubstanciado pelo princípio da “subsidiariedade”.

Ao falarmos em cidades estamos a pensar não só nas cidades propriamente ditas mas, também, nas novas formas de organização dos sistemas territoriais, nomeadamente nas áreas metropolitanas e nas redes de cidades. A Europa das Regiões supranacionais, constrói-se com base nas regiões, infranacionais, nas quais as áreas metropolitanas são, sem dúvida, o seu centro irradiador.

Tal como qualquer outro projecto, em torno de uma ideia, a cidade deve constituir-se como um projecto partilhado por todos os cidadãos, mas para isso é fundamental que os responsáveis políticos pela cidade tenham capacidade para, colectivamente, criarem as condições para a construção de uma visão estratégica urbana e para a definição da sua missão e dos seus objectivos.

A Cidade e a Cultura *

Todos sabemos que, precisamente onde o desenvolvimento local é mais urgente as condições para o desenvolvimento local são menos favoráveis, o que só através do desenvolvimento de projectos específicos, integrados, sustentados e de mobilização social de esforços, será possível introduzir as necessárias alterações às dinâmicas sociais. Conjuntamente com os factores económico e social, o factor cultural deve ser, também neste caso, um importante instrumento da mudança.

Iniciativas como o Seminário “O Marketing das Cidades e as Indústrias Culturais”, com *Philip Kotler* e outros, em 1995, em Lisboa, são acontecimentos a louvar e a promover pela sua importância e contributo para o desenvolvimento do pensamento e da acção sobre as cidade e a sua vertente cultural.

As cidades devem ser produtoras de pensamento, capazes de criarem novos conceitos e adquirirem novas competências sociais e culturais e não estarem orientadas, exclusivamente, para a proliferação das estruturas de betão, as redes de alcatrão e os negócios.

Um “caso” a reflectir é o de Salamanca, uma cidade média, periférica e do interior, que foi o primeiro caso de gestão integrada de Fundos Estruturais Comunitários, a nível local, com a criação de um consórcio de dez entidades - autárquicas, financeiras, empresariais, sindicais e académicas - empenhadas no desenvolvimento de um projecto, de longo prazo, com a indispensável independência financeira e política.

Este projecto, orientado para o imaterial, o simbólico e o micro, em detrimento do material e do macro assenta, essencialmente, no desenvolvimento dos recursos de base local, nas competências, na criação de boas condições de vida e empregabilidade, numa lógica estruturante e não instrumental.

Neste sentido, toda a política de gestão dos financiamentos públicos esta orientada para o investimento social e cultural responsável e sustentado, com base em contratos-programa, assentes em obrigações e direitos das partes, numa gestão profissional e em instrumentos de acompanhamento e controlo. A política de subsídios a projectos pontuais, casuísticos e inconsequentes, geridos amadoristicamente e desresponsabilizantes, perante o erário público, deixaram de ser a regra.

Mas para tudo isto ser possível este projecto assenta num conjunto de pessoas com uma sólida formação em gestão, fortemente motivados para o trabalho em equipa, capazes de integrarem e produzirem novos conceitos de gestão e, por isso mesmo, serem uma referência a nível europeu.

Acontece que, em Portugal, os responsáveis pela gestão cultural, maioritariamente ligada à administração da “coisa pública”, não são gestores culturais profissionais, mas personagens saídas de “negócios” decorrentes da “economia de favores”, tradicionalmente praticada em Portugal e responsável pelo nosso deficiente desenvolvimento. Sobre esta questão alguém, com a autoridade de um Primeiro Ministro, e de forma eloquente, já bem definiu como o *job for the boys* - ao que, para sermos politicamente correctos e justos, devemos acrescentar - *and girls*.

As cidades Capitais Europeias da Cultura, instrumentos de Política Cultural Europeia, foram pensadas, prioritariamente, para divulgar e potenciar o desenvolvimento cultural local de algumas cidades europeias, no seu sentido mais profundo, e não para transformar, irresponsavelmente, esse evento, único e universal, em Capital Europeia das “Obras Públicas de Santa Engrácia e da Banca Rota”.

Os contribuintes europeus, que apoiam financeiramente o desenvolvimento das regiões europeias mais desfavorecidas devem merecer o nosso maior respeito e rigor relativamente aos objectivos consignados nestas iniciativas.

A Cidade e a Cultura *

Vivemos um tempo de grande complexidade de organização social e de modo de vida individual, e situações complexas como o desenvolvimento territorial exigem competências estratégicas e compromissos operacionais, nomeadamente, no sector cultural elemento fundamental para o desenvolvimento do território e das suas populações.

É nesta abordagem, simultaneamente, física, relacional, simbólica e identitária, em que se desenvolvem as comunidades, que se verifica e potencia o desenvolvimento económico, social, cultural e tecnológico, não só individual como colectivo. Estruturalmente dependente da Política Autárquica, o pelouro da Cultura não pode ser substituído, provincianamente, por um qualquer outro como, por exemplo, um pelouro da Animação da Cidade.

Neste contexto, a Gestão Cultural deve ser, também, um instrumento de gestão territorial e de desenvolvimento local e participar na construção dos modelos conceptuais de desenvolvimento estratégico dos territórios, com vista à definição de opções de política cultural relativa ao reforço do tecido urbano ou à determinação de novas centralidades.

Entretanto, não podemos deixar de referir que, ao contrário de outros, pensamos que a Gestão Cultural, enquanto actividade profissional, deve ser orientada para ser aplicada a todo o território, independentemente da sua dimensão urbana e não, exclusivamente, para as Cidades.

Desde sempre, temos defendido e procurado implementar um modelo integrado e multidisciplinar como base da formação dos Gestores Culturais, procurando assim, fornecer-lhes conhecimentos e ferramentas para a gestão da complexidade e da incerteza em que assenta a sua intervenção participativa num espaço público e de cidadania.

As novas realidades territoriais, caracterizadas pela cidade - algumas herdeiras de autênticas obras de arte urbana e identidade histórica - são um produto artificial, de construção colectiva e exigem abordagens assentes em: valores, criatividade - ou, se preferirem, inovação - sustentabilidade, flexibilidade e, necessariamente, assunção de riscos sociais solidários.

Porém não confundamos Cidade - espaço de cidadania - com território urbano e, neste sentido, só existirá Cidade se houver cultura e vida cultural.

Recordando o poema, em tempos subversivo, “A Invenção do Amor”, de Daniel Filipe, onde numa cidade “um homem e uma mulher (...) inventaram o amor com carácter de urgência” cumpre-nos hoje, homens e mulheres, inventar a cidade, com carácter de urgência.

* Parte deste texto foi publicado num artigo da Revista CultDigest nº. 9, Jun/Jul/Ago 2005, enquanto Presidente do Conselho de Gestão da APGC | Associação Portuguesa de Gestão Cultural.